IV enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

VIDA URBANA ÀS MARGENS DE CURSOS D'ÁGUA: o desenvolvimento urbano e habitacional precário às margens do Córrego Taubaté em Campinas/SP

SESSÃO TEMÁTICA: (In) COMPATIBILIDADES ENTRE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: COMO ANDAM AS INTERVENÇÕES NAS CIDADES BRASILEIRAS?

Yumi Higashi Neder
Unicamp
yumineder@hotmail.com

Silvia A. Mikami G. Pina
Unicamp
silviaunicamp@gmail.com

VIDA URBANA ÀS MARGENS DE CURSOS D'ÁGUA: o desenvolvimento urbano e habitacional precário às margens do Córrego Taubaté em Campinas/SP

RESUMO

O município de Campinas/ SP é um exemplo pleno da urbanização segregacionista e dispersiva iniciada no fim do século vinte e que se consolidou na década atual. As características desse modelo se expressam em Campinas através da baixa densidade populacional, vazios urbanos, crescimento orientado por rodovias intermunicipais, enobrecimento das áreas centrais, prolongamento das periferias e precarização das condições habitacionais e urbanas nas regiões socialmente vulneráveis. A área de proteção permanente (APP), situada ao longo das margens do Córrego Taubaté, região sudoeste, apresenta um cenário de soluções habitacionais precárias e insalubres daqueles não contemplados pelo direito à moradia. A falta de regulação dessas ocupações e a ineficiente política habitacional propulsionaram a fixação de diversas famílias às margens do córrego, tornando-o inerte enquanto área de lazer e ao mesmo tempo um risco para os que ali residem. Trata-se de problema ambiental com repercussão direta na vida dos indivíduos, uma vez que as famílias são sistematicamente removidas de suas casas, muitas vezes de forma arbitrária. Removidas, estas famílias são realocadas para conjuntos habitacionais de qualidade arquitetônica e urbanística discutível, onde são obrigadas a conviver com grupos de famílias oriundas de outras regiões, sem preparação adequada para a vida condominial. Situação pior ocorre quando são realocadas para áreas distantes de suas comunidades originais. Por sua vez, o local onde ocorreu a remoção permanece sem uso e atenção, aberto a outras possíveis ocupações tendo em vista a reprodução do ciclo de segregação social operante. O presente trabalho apresenta a situação urbana, habitacional e ambiental da região lindeira ao Córrego Taubaté, remontando o desenvolvimento do território no seu aspecto histórico, social e político. Realiza análise crítica, bem como salienta potencialidades urbanísticas oriundas desta trajetória. Como resultado, discute e apresenta alternativas possíveis no que tange ao cuidado e respeito aos moradores e ao meio ambiente.

Palavras-chave: Habitação. Área de risco. Urbanização. Campinas.

ABSTRACT

The city of Campinas / SP is a full example of segregationist and dispersive urbanization initiated in the end of the twentieth century and which was consolidated in the current decade. The characteristics of this model are expressed in Campinas through its by low population density, urban voids, oriented growth by intercity highways, ennoblement of central areas, extension of the peripheries and precariousness of housing and urban conditions in socially vulnerable areas. The permanent protection area, located along the banks of the Taubate stream, southwest region of the city, presents a scenario of precarious and insalubrious housing solutions to those not covered by the right to housing. The lack of regulation of these occupations and inefficient housing policy propelled the establishment of several families to the stream banks, making it inert as recreation area and at the same time a risk to those who inhabit there. It is an environmental problem with direct impact on the individuals' lives, once the families are systematically removed from their homes, often arbitrarily. These removed families are relocated to housing units of questionable architectural and urban quality, where they are forced to live with family groups from other regions without adequate preparation for condominium life. A worse situation occurs when the families are relocated to areas far from their original communities. In turn, the location where the removal took place remains unused and without attention, opens to other possible occupations given the reproduction of the social segregation operating cycle. This paper presents the urban, housing and environmental situation of the region nearby to Taubate stream, reassembling the development of the territory in its historical, social and political aspects. It performs critical analysis, as well as, it emphasizes urbanistic potential resulting from this trajectory. As a result, it discusses and presents possible alternatives with respect to the care and well-being to residents and the environment.

Keywords: Housing. Risk Area. Urbanization. Campinas.

1. INTRODUÇÃO

Riquezas e desigualdades: essa é a dicotomia que persiste nas metrópoles brasileiras e, cotidianamente, produz espaços com dois pesos e duas medidas; por um lado, alimentando com recursos públicos a especulação imobiliária, por outro, segregando a população mais pobre, privando-a do seu direito à cidade e à moradia digna. O contraste não é apenas perceptivo, é estatístico. O município de Campinas possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo e o 13º do país e, contraditoriamente, ocupa a 15º posição de maior número absoluto de população vivendo em aglomerados subnormais, (IBGE, 2010). A geografia social da cidade reflete o separatismo imposto pela lógica do mercado imobiliário apoiada pelo poder público, delineando a ocupação legal das áreas economicamente férteis e, ilegal, das áreas pressupostas inertes. Dessa forma, zonas com alto valor agregado por sua capacidade produtiva são inacessíveis à população de baixo poder aquisitivo e socialmente vulnerável, restando para estas, regiões distantes das centralidades, carentes de infraestrutura básica e equipamentos urbanos, que muitas vezes, são caracterizadas por sua fragilidade ambiental, o que eleva exponencialmente a problemática dos assentamentos precários.

As características desse modelo em Campinas são expressas por meio da baixa densidade populacional, vazios urbanos, crescimento orientado por rodovias intermunicipais, enobrecimento das áreas centrais, prolongamento das periferias e precarização das condições habitacionais e urbanas nas regiões socialmente vulneráveis. O resultado deste processo exemplifica-se pela região formada pelo entroncamento das rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Santos Dumont que padece de grave deficiência de infraestrutura como saneamento básico e estruturação viária, mesmo com localização relativamente próxima à área central da cidade. Marcada por variados tipos de ocupação, a região transita entre a legalidade e a ilegalidade do uso do solo. A área de proteção permanente (APP), situada ao longo das margens do Córrego Taubaté, apresenta um cenário de soluções habitacionais precárias e insalubres daqueles não contemplados pelo direito à moradia. A falta de regulação dessas ocupações e a ineficiente política habitacional propulsionaram a fixação de diversas famílias às margens do córrego, tornando-o inerte enquanto área de lazer e ao mesmo tempo um risco para os que ali residem. Trata-se de problema ambiental com repercussão direta na vida dos indivíduos, uma vez que as famílias são sistematicamente removidas de suas casas, muitas vezes de forma arbitrária. Removidas, estas famílias são realocadas para conjuntos habitacionais de qualidade arquitetônica e urbanística discutível, onde são obrigadas a conviver com grupos de famílias oriundas de outras regiões, sem preparação adequada para a vida condominial. Situação pior ocorre quando são realocadas

para áreas distantes de suas comunidades originais. Por sua vez, o local onde ocorreu a remoção permanece sem uso e atenção, aberto a outras possíveis ocupações tendo em vista a reprodução do ciclo de segregação social operante. O presente trabalho apresenta a situação urbana, habitacional e ambiental da região lindeira ao Córrego Taubaté, remontando o desenvolvimento do território no seu aspecto histórico, social e político. Realiza análise crítica, bem como salienta as potencialidades urbanísticas oriundas desta trajetória. Como resultado, discute e apresenta alternativas possíveis no que tange ao cuidado e respeito aos moradores e ao meio ambiente.

2. CIDADE E CONTRADIÇÃO: ONDE FICA A HABITAÇÃO?

Atualmente, a expansão urbana já não é considerada uma meta a se atingir, mas um mal a se conter. A grande metrópole brasileira mostrou- se fragmentada e desigual, adensando recursos e oportunidades em zonas determinadas e deixando à própria sorte todo o vasto restante. O espraiamento e a periferização fazem parte de um conjunto de valores agregados à política de planejamento urbano que, não por acaso, está profundamente alicerçada aos interesses dominantes do capital. É a cidade corporativa, termo cunhado por Milton Santos (1990), que utiliza recursos públicos para favorecer os investimentos do empresariado, que por sua vez recompensa com novos investimentos à cidade, porém, que se finda em si mesmo, não existindo um retorno real para a sociedade. Nesta perspectiva, deixa de ser ilógica a proporção de riquezas e misérias dentro de uma mesma cidade. Os ganhos provenientes da modernização são desigualmente distribuídos ao longo dos limites do município, sendo acumulados em regiões onde já havia investimentos e interesses anteriores. Não há preocupação coletiva em desenvolver a cidade como um todo, mas sim, um impulso de torná-la uma série de fragmentos espaciais habitados por diferentes classes sociais, com a intrínseca relação de subordinação entre estas. Porém, construir cidades que atendam a economia e não à sociedade tem seu preço.

Independente da classe social a qual se pertence, o cotidiano nas metrópoles já possui denominadores comuns como a mobilidade precária, a ausência de vivências em espaços públicos de qualidade e, é claro, a violência. Segregar parte da sociedade em guetos onde o Estado se faz praticamente ausente propicia a estruturação de comunidades com leis próprias, deixando a cargo de organizações criminosas a justiça para com seus moradores. A cultura da violência não fica restrita a estes locais desamparados pelas políticas públicas; ela transborda e permeia todos os tentáculos das cidades espraiadas, invadindo as ruas, os edifícios e até os mais fortificados loteamentos fechados de luxo. É a redistribuição dos

prejuízos: uma sociedade inquieta e insegura, com cidadãos incapazes de estabelecer relações de confiança com o próximo e de integrar-se com seu meio.

Mesmo diante do caos, o planejamento urbano parece insistir insiste em compreender e atuar sob o território de forma descolada da realidade: grandes regiões há muito tempo consolidadas, ainda permanecem na ilegalidade e sofrendo da infraestrutura insuficiente e desqualificada, enquanto novos empreendimentos imobiliários, como os de condomínios e loteamentos fechados de alto padrão são aprovados com agilidade e subsidiados pelo poder municipal com uma série de benefícios para atrair investidores. São negócios, não políticas públicas. Não há ingenuidade na prática do planejamento urbano público, há jogos de interesses, manutenção de relações de poderes e prerrogativas. São os sentidos deslocados:

> *Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos (...). Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em dimensões e características. Trata de um lugar fora das ideias. (*MARICATO, 2002, p.122)

A estrutura é tão consolidada que quando surgem políticas urbanas que discursam a favor da ampliação da cidadania através da garantia do direito à cidade e à moradia, na maioria das vezes, já chegam corrompidas pelo intuito de alto faturamento das empreiteiras, que constroem empreendimentos habitacionais completamente descomprometidos com a coesão da malha quando existente, na melhor das hipóteses. Na pior delas, realizam a implantação em glebas não parceladas no limite entre urbano e rural, na ausência de todos os elementos triviais da vida cotidiana. A proliferação de ocupações e favelas é constantemente criminalizada pelos veículos de informação, como se não tivessem direito à cidade, sendo, portanto, intrusos e difusores de problemas.

A cidade informal existe pelo vácuo de alternativas habitacionais. O mercado imobiliário não se desenvolveu de forma a atender as diferentes faixas salariais, pois não houve política habitacional eficiente que priorizasse a função social da propriedade. Assim, foi consentido pelo Estado, em uma perversa relação de clientelismo, que a especulação imobiliária chegasse a patamares nunca antes visto, paradoxalmente convivendo com um enorme déficit habitacional. As comunidades esquecidas pelos governantes e planejadores urbanos, por sobrevivência, organizam-se e subvertem a lógica da urbanização capitalista, promovendo a instalação de infraestrutura e equipamentos por conta própria, imprimindo sua identidade no desenho urbano, o que lhes garante certa autonomia na gestão de seu

espaço. Entretanto, é nesta autossuficiência urbana que a cidade informal adquiriu caráter predatório no que se refere à questão ambiental. Localizadas principalmente em áreas desvalorizadas e/ou impedidas de serem legalmente ofertadas no mercado imobiliário devido a restrições ambientais, as ocupações acabam por se apropriar do solo de forma indevida. Embora a autoconstrução tenha acumulado saberes relevantes para o repertório nacional na arquitetura e urbanismo, tais localidades prescindem de muitos cuidados técnicos na construção de qualquer tipo de edificação e infraestrutura urbana.

A falta de recursos e técnicas na ocupação ilegal de áreas ambientalmente fragilizadas acarreta em uma série de consequências que trazem à tona a transversalidade da discussão. Um fato de ordem social e econômica reflete diretamente na configuração espacial das cidades, que, por sua vez, versa com o manejo da natureza.

No campo dos programas públicos de habitação, apesar de o PMCMV representar um importante avanço para o Brasil, ainda esbarra em um problema mais antigo que o déficit habitacional: a questão fundiária. O programa, mesmo que involuntariamente, vem aumentando a especulação imobiliária e, portanto, elevando o preço das terras. A desproporcional valorização da terra abocanha boa parte dos subsídios governamentais, refletindo assim, na qualidade da edificação bem como no local de sua implantação, que tende a estar cada vez mais distante das centralidades da cidade.

Afora a questão fundiária, a condição de programa federal, o expressivo montante de recursos disponíveis, a privatização da produção e as facilidades oferecidas para os municípios para que construam unidades habitacionais populares, fizeram com que programas habitacionais locais, adequados à realidade ali existente, fossem interrompidos para dar lugar aos empreendimentos do PMCMV (ROLNIK et al, 2014). A maioria dos municípios, rendidos pela lógica imperativa de um grande programa habitacional de abrangência federal com matriz produtiva privada adequam suas legislações para que o perímetro urbano aumente e terrenos mais baratos possam ser adquiridos. Mais uma vez, o PMCMV influi diretamente na dinâmica urbana, reproduzindo territórios segregados, carentes ou precariamente servidos de transporte público, serviços, equipamentos e oferta de trabalho. Porém, ao analisar com cuidado o perfil da faixa 1 tratada pelo PMCMV, de 0 a 3 salários-mínimos, depara-se com a delicada situação dos moradores de ocupações em áreas de risco, uma vez que estes são priorizados no atendimento à casa própria. Se o enunciado refletisse a realidade, esta seria uma das políticas sociais de maior sensibilidade já vista, entretanto, o que acontece está longe de ser o ideal.

Muitos imaginam que moradores de áreas de risco esperam a oportunidade para ser reassentado em locais seguros e adequados a vida. Entretanto, o que o senso comum

desconhece são os vínculos dessas pessoas com o território, que se faz território, justamente pelo vínculo. Entre vielas, morros e palafitas, as relações sociais agrupam uma comunidade, com hábitos e cultura própria e indubitavelmente ligados ao lugar onde se encontram, independente da insalubridade das condições de moradia. É evidente para os moradores a precariedade e o risco que convivem cotidianamente, mas a apropriação territorial se dá por caminhos não tão óbvios.

As remoções realizadas em áreas de risco têm levantado polêmicas envolvendo violência e direitos humanos. Novamente, emparelhado do discurso social, a remoções são justificadas pelo risco e insalubridade, com promessas de condições de vida melhor. Agora, porque, então a situação é tão conflituosa? Os relatos são diversos. Cerca de seis anos de PMCMV, a população já conhece a má qualidade arquitetônica e urbanística dos conjuntos habitacionais. Muitas famílias não se enquadram no programa arquitetônico único e inflexível de dois quartos, um banheiro, sala e cozinha. A maioria reclama das dificuldades de acesso aos locais de emprego e ás centralidades que ofertam serviços básicos como comércio, saúde e escola. Outras se queixam de deixar seus lares construídos, muitas vezes após anos de trabalho, para mudar para um local que consideram inferior ao que moravam. E, acima de tudo, contestam pelo sentimento de pertencimento que tem pelo local onde vivem, com amigos, familiares, vizinhos, enfim, tudo que se relaciona a vida cotidiana.

O retrato posterior é decepcionante. Inúmeros conjuntos habitacionais dispostos de forma padronizada, sem qualquer atenção com a escala humana na proposição de espaços coletivos; pessoas de diferentes regiões com diferentes culturas reunidas sem preparo prévio para começar uma nova comunidade; precariedade ou ausência de infraestrutura básica e de serviços, e deterioração precoce das instalações devido à baixa qualidade construtiva. Grande parte dos novos moradores nunca teve a experiência de viver em condomínio, por isso, organizar-se para gerir o espaço coletivo é um desafio que as raras equipes sociais das prefeituras mal dão conta. Os resultados não poderiam deixar de ser conflitos entre vizinhos e a depredação das instalações. Novamente, na ausência do Estado, organizações criminosas legitimam seu poder, “ajudando” a manter a ordem local, com o ônus de instalarem atividades ilegais de diversas, dentre estas o tráfico de drogas.

Assim, a transdisciplinariedade retorna ao tema, reafirmando a importância de soluções habitacionais com maior comprometimento com a cidade, com o meio ambiente, com a malha urbana pré-existente e com o usuário.

3. CIDADE SENSÍVEL À ÁGUA: O CÓRREGO TAUBATÉ

A relação da cidade com a água ultrapassa o limite da subsistência; ambos estão paradoxalmente conectados: sem água, não há sociedade, mas uma vez esta existindo, a água depende do cuidado dos que a utilizam para manter sua existência enquanto recurso imprescindível à vida.

Nas cidades, a impermeabilização do solo impede processo natural da infiltração da chuva no solo, acarretando diversos problemas ambientais e urbanos. Em períodos chuvosos, é comum nos países em desenvolvimento como o Brasil, inundações desalojarem as populações mais vulneráveis, que vivem em áreas de fragilidade ambiental como as APPs. Os rios e corpos d'água necessitam de área de várzea para que em épocas de cheias haja superfície o suficiente para receber o excedente sazonal, mas quando se ocupa estas áreas, além do dano ambiental, há o social, pois a vida dos moradores destes locais é colocada constantemente em risco.

O problema citado acima é só um exemplo local dos impactos da urbanização no ciclo da d'água. Este escoamento da água na superfície das cidades contamina a água que é levada aos rios e oceano. Outro aspecto, como já se tem notícia, é o sistema de abastecimento de água em colapso em muitas cidades do mundo, inclusive no Brasil. Isto está diretamente relacionado à negligência e alienação com que este recurso tão precioso à vida é gerido. Se por um lado, a equação do urbanismo indica que quanto mais densa a cidade, melhor o seu funcionamento, por outro, mostra que quanto maior a concentração de pessoas em áreas urbanas, maior é a alteração dos fluxos de água, sedimentos, substâncias químicas e micro-organismos. Dessa forma, é possível planejar cidades para pessoas preservando o meio ambiente?

Dentre várias recomendações para o desenvolvimento sustentável das cidades, destaca-se o planejamento urbano, em suas mais variadas escalas, pautado na relação com a ecologia, no entendimento da cidade como sistema complexo, dotado de características de diversas naturezas (ALBERTI, 2009; ANDRADE, 2014). A análise pressupõe a interdisciplinaridade do campo da Arquitetura e Urbanismo e das Ecologias que inclui as necessidades humanas, a capacidade de suporte dos ecossistemas, bem como a estabilidade dos processos naturais, como os fluxos de água. A água passa a ser o elemento em comum da transdisciplinariedade, parâmetro necessário de regulação para a sobrevivência de todas as espécies.

A bacia hidrográfica é referência na estruturação das redes de abastecimento de água, esgoto e drenagem de uma cidade. Por sua importância e pela função que exerce ao

organizar a territorialidade urbana, periurbana e rural, é que tem ganhado destaque os planos de ação por microbacias para recuperação das características naturais do meio ambiente (RUTKOWSKI,1999; BUENO, 2008). Por sua abrangência, a bacia hidrográfica se torna o elemento comum entre diferentes localidades na cidade, sendo possível a partir desta entender as dinâmicas existentes, assim como propor soluções adequadas a cada situação. Ao mesmo tempo em que é um instrumento para melhoria da qualidade ambiental, também é alvo das ações, tornando-se protagonista das discussões sobre o tema. Dessa forma, nesse conjunto de ações está englobada a exigência, por lei, do aumento da permeabilidade e retenção das águas pluviais nos lotes, a des-canalização de rios e córregos, recuperação da mata ciliar, implantação de parques lineares, sistemas de drenagem em diferentes escalas e tratamento de esgoto.

Todavia, as APPs urbanas estão envoltas de contradições. A proibição da retirada de vegetação e uso e ocupação das faixas estabelecidas garantem, ao menos legalmente, a preservação destes espaços, mas retiram-lhes o seu potencial urbano, de criar inúmeras oportunidades de encontro entre meio ambiente e atividade humana. No caso dos rios e córregos em áreas urbanas centrais de consolidação mais antiga, na maioria das vezes, não há remanescentes de cobertura vegetal a preservar, pois a urbanização brasileira foi marcada pelo tratamento de fundos de vale como divisor de grandes vias para automóveis. No entanto, as APPs nem sempre se posicionam com tal protagonismo na paisagem urbana. Aquelas localizadas em áreas mais periféricas muitas vezes são ocupadas de forma irregular por edificações de alta, média e baixa renda. Todas representam danos à formação geológica e biológica do meio ambiente. Para lidar efetivamente com estas áreas ambientalmente sensíveis, garantindo sua proteção, mas capacitando o espaço para o meio urbano, é preciso romper com as visões antagônicas sobre o assunto. De um lado a ambientalista, que ignora o contexto do qual se circundam, e do outro, a urbanística, que pretende impor a ação do homem na natureza em nome do progresso das cidades.

Na região de Campinas, as rodovias são utilizadas assiduamente como anéis viários para o acesso periférico à cidade e também delimitam fronteiras territoriais. O planejamento urbano aliado à especulação imobiliária cumpre a função de manter a setorização no município. A região aqui estudada está localizada no entroncamento rodoviário definido pelas rodovias Anhanguera, Santos Dumont e Bandeirantes, três obstáculos intransponíveis, que cercam os bairros Parque Oziel, Monte Cristo, Jardim Bandeiras, São José e Santa Cruz, nas proximidades do aeroporto internacional de Viracopos. A região faz parte da macrozona 4, dentre as 9 macrozonas delimitadas no planejamento urbano da cidade. Pode-se dizer também que é a macrozona das desigualdades, já que agregam em uma mesma categoria

diversos graus de adensamento e desenvolvimento social, econômico, ambiental e urbanístico. O mapa da vulnerabilidade social de Campinas (Fig.1) ilustra a compartimentação social da região delineada pelas rodovias, sendo destaque o grupo 6 nas áreas onde a presença de aglomerados subnormais é mais acentuada. Da população total, 36% estão na faixa etária de 0 a 19; 37%, de 20 a 39 e 27%, de 40 a 100. O rendimento majoritário da população residente está entre zero rendimento até dois salários mínimos (FSEADE, 2010).

A região, classificada como de urbanização prioritária, apresenta infraestrutura, equipamentos urbanos e rede de comércio e serviços insuficientes. A partir de 1997, iniciou-se um padrão de ocupação da região marcada por assentamentos precários, afastando os investimentos privados enquanto o poder público se mantinha imobilizado. Naquele ano, ocorreu a ocupação que originou o Parque Oziel, o Monte Cristo e a Gleba B, iniciadas por pessoas em busca de moradia e ligadas ao Movimento dos Sem Teto, constituindo na época, a maior ocupação da América Latina. Dessa forma, é possível compreender a matriz politizada e de precariedade do território, desde o surgimento até a consolidação e legitimação de sua implantação na cidade. Após a ocupação, toda a região foi permeada por assentamentos precários que cresceram na mesma proporção que não se faziam investimentos públicos e privados na política habitacional.

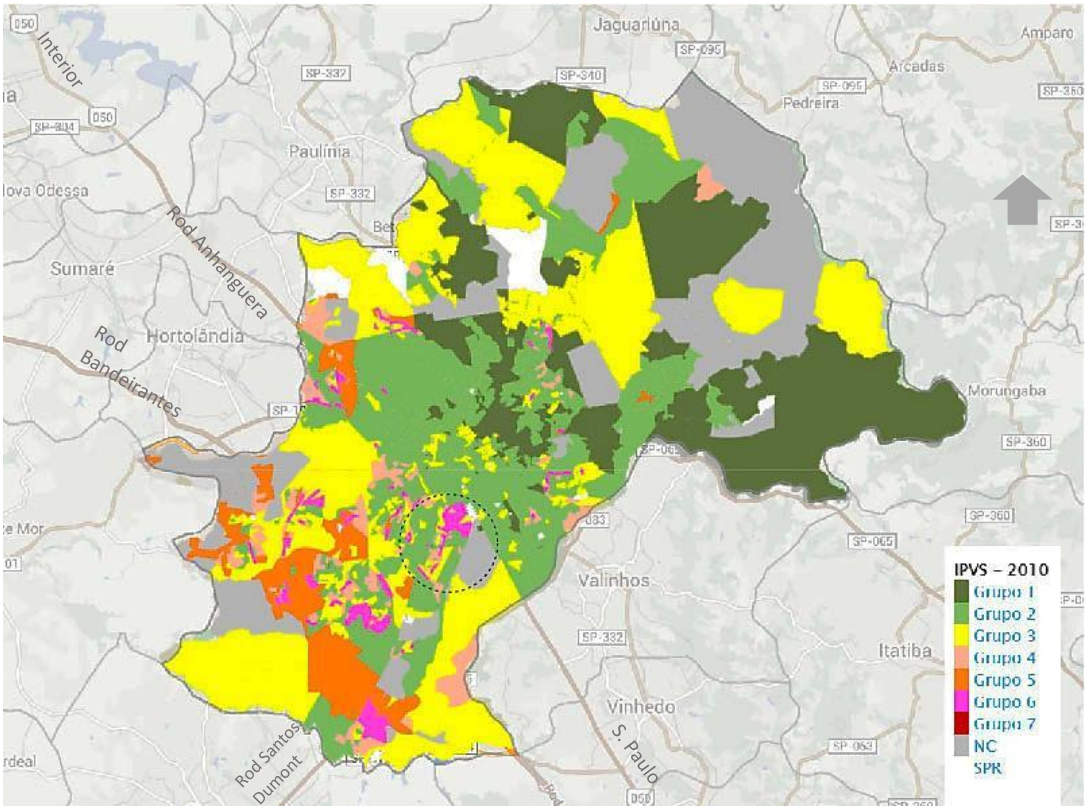

Figura 1. Mapa da Vulnerabilidade Social de Campinas, com destaque para área de estudo.

Fonte: a partir do Índice paulista de Vulnerabilidade Social, 2010

Ao longo da várzea do Córrego Taubaté estende-se ocupações caracterizadas pela extrema precariedade e risco das instalações, desde a região que engloba Pq. Oziel, Monte Cristo e Gleba B. Este processo urbano pode ser explicado pela corrente migratória iniciada pela ocupação de 1997, que atraiu mais pessoas do que a área podia acolher e pelos resquícios de parcelamento do solo dos loteamentos legais adjacentes à área ocupada, que legalmente deveriam fazer parte do montante destinado às áreas verdes, que no caso também são Áreas de Preservação Permanente (APP). O padrão de ocupação de repete ao longo de todo o córrego que deságua no Rio Capivari.

A ausência de regulação das ocupações realizadas acarretou graves problemas ambientais, sendo os assentamentos em APP's apenas um deles (Fig. 2). No caso do Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B, a maioria das vias não é pavimentada e, consequentemente, não há sistema de drenagem de águas pluviais. Esta é uma questão particularmente complicada para o tipo de terreno em questão, pois a composição frágil do solo faz com que os processos erosivos sejam intensamente potencializados pela falta ou precariedade de infraestrutura.

Com a recente regularização fundiária em curso da ocupação, foi implantada rede de água e esgoto, porém, não para todas as residências, somente para aquelas que possuem o mínimo necessário para a instalação dos dispositivos. Dessa forma, ainda existem muitos domicílios que despejam clandestinamente esgoto no Córrego Taubaté e buscam água em poços artesianos, elevando ainda mais os problemas ambientais que cercam a região.

As famílias que vivem às margens do Córrego Taubaté vivem em constante perigo de inundações e desmoronamentos, expostas a animais peçonhentos e doenças causadas pela falta de saneamento básico. Nestes quase 20 anos de precariedade urbana, a região multiplicou problemas sociais, o que é evidenciado pelos levantamentos relacionados à pobreza e vulnerabilidade social. Segundo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Distrito de Assistência Social, a região sul possui 7.338 famílias em situação de pobreza absoluta, sendo, 2.077 pertencentes aos bairros estudados.

Figura 2: Aspectos gerais do território e problemas ambientais às margens do córrego Taubaté.
Fonte: acervo das autoras, 2015.

O poder público municipal em associação ao Ministério das Cidades através do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC vem desenvolvendo um projeto de urbanização de favelas desde dezembro de 2014, que inclui: remoção e reassentamento dos moradores da área de risco (1.504 famílias), implantação de rede de água, esgoto, micro e macro

drenagem e retificação do córrego para posterior instalação de um parque linear. Todavia, o projeto reflete os vícios já conhecidos de políticas públicas massivas que não levam em consideração as características locais.

Um dos principais pontos de discussão acerca da intervenção em andamento é a remoção dos moradores na estabelecida área de risco. A Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB) fez a triagem dos moradores que terão que ser removidos, valendo-se de critérios polêmicos. Famílias numerosas domiciliadas em um mesmo local foram fragmentadas para serem realocadas em unidades habitacionais distintas, ou, na pior das hipóteses, não foram atendidas de acordo com o número de familiares. O perímetro de remoção não envolve todos os domicílios, pois um dos fatores de avaliação é relativo ao tempo vivido no local, portanto, aqueles que se instalaram recentemente não foram abrangidos pela realocação. Um aspecto distinto do que vem ocorrendo nas remoções de moradores de área de risco em Campinas, muitas famílias serão realocadas em local próximo em que vivem, entretanto, no formato habitacional problemático do PMCV: unidades habitacionais de baixa qualidade arquitetônica, aglutinadas em condomínios sem projeto de áreas sociais e implantação urbana inadequada ao entorno (Fig. 3).

Tendo em vista a baixa qualidade do Parque Linear do Rio Capivari e a implantação do condomínio habitacional, pode-se prever que o projeto do parque linear do Córrego Taubaté deve seguir o mesmo padrão de descaso, ou seja, imensa obra estrutural que atende quantidade. O projeto nomeado como Parque Linear Vilas de Taubaté prevê a implantação de obras de retificação e canalização do Córrego Taubaté, com gabiões para estabilização da calha e aumento da capacidade de vazão, o que demonstra que será mais um projeto de engenharia para resolver uma questão técnica ausente de desenho urbano e arquitetônico, que possibilitaria um olhar mais acurado sobre as diferentes escalas e variações sócio culturais de cada percurso do córrego. A implantação carimbo dos edifícios habitacionais reafirma a ausência de critérios para se definir um projeto apropriado que favoreça a coesão com o contexto, possibilitando fluxos, encontros e atividades que enriqueceriam social e culturalmente a região.

Figura 3: as moradias autoconstruídas e o atual conjunto habitacional para transferência dos moradores. Fonte: acervo das autoras e Google Earth, 2015.

O trabalho social desenvolvido até então, pela equipe do Serviço Social da COHAB deveria incluir a realização prévia de diagnóstico da área, assembleias com as famílias, reunião com as lideranças e o cadastro técnico social das famílias envolvidas no processo. Porém, esta ação foi feita de maneira incompleta e não articulada com os demais serviços que já atuam no território há anos, como a Assistência Social e seus programas vinculados ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e à Saúde pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Desta desarticulação originaram diversos protestos e desentendimentos, como as famílias moradoras da área de risco e acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que não compreenderam o papel da equipe da COHAB. Relatos destas famílias indicam que elas não foram devidamente orientadas e informadas, nem houve qualquer tentativa de articulação de rede com os serviços já atuantes na região, fomentando outros conflitos no território, refletindo assim um trabalho social apenas protocolar.

É necessário propor soluções que viabilizem o uso ambientalmente responsável desses locais, que, geralmente, já possuem entorno consolidado. Contudo, a solução implica também na abordagem da sua dimensão social. A remoção das pessoas que moram no

local altera toda a dinâmica já construída pela comunidade ali estabelecida. Atualmente, o poder público retira os moradores das áreas de risco sem informá-los previamente ou consultá-los de maneira adequada. Quando a remoção é contestada ou repudiada, a violência policial tem sido procedimento comum revestido de legalidade. A agressão inicia-se com as demarcações nas casas que, na maioria das vezes, não faz sentido para os moradores, nem para os técnicos, visto que os critérios não são explícitos ou debatidos, nem mesmo informados. A transferência imposta, por vezes, não apresenta unidades habitacionais adequadas para atender a variedade de formações familiares e suas diferentes demandas, antes atendidas pela arquitetura da autoconstrução. Nestas condições, é comum que as pessoas retornem a viver nas mesmas condições de precariedade das áreas de risco, pois não conseguem se adaptar a nova realidade.

A remoção também deixa seus rastros para os que permaneceram. Para que não haja reocupação das áreas de risco, são deixados os entulhos restantes da desocupação, criando uma paisagem de risco eminente para quem continua vivendo nas proximidades, estratégia utilizada até que se determine um novo uso para o local. Todavia, como a iniciativa pública tende a ser morosa, esta situação caótica geralmente perdura por muito tempo, sendo um chamariz para animais e insetos peçonhentos e reprodutores de males para a saúde pública. Mesmo na insalubridade dos escombros, famílias continuam a se arriscar vivendo em condições de extrema miséria. A solução para este problema está distante de ser competência exclusiva dos profissionais da construção civil e dos planejadores urbanos. Por isso, a abordagem transdisciplinar, no sentido da intersecção é tão importante para compreender a realidade na sua imensa complexidade e, desta forma, contribuir para um trabalho mais rico e coerente.

4. POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES PROJETUAIS

A região do estudo transita entre ambiguidades como localização entre rodovias que permite fácil mobilidade veicular, todavia, parte significativa da população depende de transporte público; alto valor agregado da terra pela proximidade do centro e de importantes pontos da cidade, mas incapacidade estrutural para o adensamento urbano; histórico de luta popular pela legitimação da ocupação, porém, ainda estigmatizado pela sociedade.

A simples remoção dos moradores das áreas de risco realocando-os em habitações padronizadas de interesse social e intervir urbanisticamente no local antes habitado não é um processo linear. Habitação e meio ambiente são as duas forças motrizes ao redor das quais orbitam as variáveis de projeto. Estão conectadas entre si, afinal são parte de um mesmo problema. O poder público já opera de maneira interdisciplinar, envolvendo

diferentes secretarias nas intervenções que envolvem remoção e realocação de habitantes de áreas de risco, porém, o faz por meio de metodologias mecanizadas, protocolares e muitas vezes enviesadas por interesses político-econômicos e distanciada da situação real do território.

Um exemplo é a realização do diagnóstico para definição da área de risco e quais moradores terão que ser removidos. Ele não pode se restringir apenas ao emprego dos instrumentos de coletas de dados usuais, que identificam o cidadão, mas não o compreende em sua relação com o território de forma aprofundada. Um diagnóstico mais preciso, participativo e envolvente pode evitar a simples realocação para uma vida condominial que negligencia a capacidade da comunidade na apropriação e transformação urbana. Experiência pertinente é a história do Parque Oziel e do Monte Cristo, na região, que foram consolidados através do fortalecimento da participação popular nas reivindicações por direitos e conscientização das responsabilidades. Neste sentido, é essencial investir na mobilização da população para tratar do problema em voga, ou seja, do perigo eminente que vivem as pessoas que moram nas áreas de risco. Esta estratégia, além de partilhar as primeiras decisões, também estimula a capacidade de discussão a respeito da organização territorial e, consequentemente, favorece a qualidade de vida urbana. A mobilização não deve ser apenas inicial, mas sim permanente para agregar os serviços públicos atuantes na região, que serão de grande valia para compor um diagnóstico que reflita de fato a realidade e que seja a base para as decisões de projeto.

Na impossibilidade de regularização fundiária, a estratégia deve considerar uma remoção mais cautelosa e transparente, que não apenas informe a decisão ao morador. Recomenda-se interagir com as famílias e discutir as possibilidades de moradia, a partir da remoção. A situação de precariedade habitacional está relacionada ao grau de vulnerabilidade social dos indivíduos, portanto, encaminhá-los ou referenciá-los é transferir um problema social para outro lugar. As experiências anteriores demonstram que a tensão entre poder público e moradores de área de risco a respeito da realocação envolve três pontos fundamentais: vínculo com o local onde vivem, já que muitas comunidades são consolidadas inclusive do ponto de vista arquitetônico e urbano; localização dos novos empreendimentos, que geralmente estão à margem dos acessos necessários a vida cotidiana; e adequação das unidades habitacionais às demandas dos diferentes formatos familiares e culturais.

Com a definição da localização mais adequada e que atenda aos anseios das famílias que serão realocadas, ainda é preciso investir em estratégias mais aprimoradas para a elaboração do projeto. Através da história da habitação de interesse social no Brasil conclui-se que programas habitacionais que majoritariamente exercem função econômica, tendem a

apresentar baixa qualidade arquitetônica e urbanística. As grandes empreiteiras continuam a produzir massivamente unidades habitacionais mínimas e com execução precária, respondendo apenas quantitativamente ao problema. Na mesma região de Campinas, este cenário tem sido fartamente ilustrado pelos empreendimentos habitacionais do Jardim Bassoli e o Residencial Sirius, que lançados em 2011, já apresentam graves avarias estruturais e de acabamento, inclusive com desmoronamento de prédios. Além disso, em sua maioria são projetos padrão, descompromissados com a relação com o entorno, bem como com os espaços coletivos.

Da perspectiva urbanística, a região estudada apresenta outros agravantes: está repleta de grandes glebas não parceladas, embora estejam localizadas próximas ao centro de Campinas. É uma paisagem onde os limites urbanos se confundem com o rural, na qual a especulação imobiliária continua a promover a descontinuidade territorial. A grande maioria dos empreendimentos habitacionais promovidos nos últimos anos pelo PMCMV na região foi autorizada sem a necessidade de parcelamento, ou seja, sem a correspondente vinculação de áreas para a implantação de equipamentos urbanos e de áreas verdes, como previsto na legislação federal de parcelamento de solo urbano. Numa região superpovoada e já tão carente destes serviços, uma autorização deste tipo pode comprometer iniciativas futuras de proporcionar uma qualidade de vida urbana digna, visto que a totalidade das glebas tem sido ocupada com o raso padrão urbanístico de prédios habitacionais, ruas, estacionamentos e portarias, numa leitura míope do modelo de condomínio fechado de alto padrão.

Dentre as potencialidades de intervenção urbanística em APP urbana, é essencial promover coesão da malha e garantir a preservação do meio ambiente. Assim, dotar uma APP de equipamentos de lazer e cultura é uma alternativa que tem sido explorada em algumas experiências inovadoras, com articulação destes usos com a drenagem das águas pluviais, trazendo resultados surpreendentes. Neste sentido, foi realizada uma simulação projetual desta estratégia para a região, considerando as potencialidades indicadas, os estudos de drenagem, inundações, as dinâmicas econômicas e culturais pré-existentes, como a agricultura familiar e os recursos naturais e paisagísticos reconhecidos pelos moradores atuais (Fig. 4).

Figura 4: Simulação projetual para implantação do parque urbano, a partir dos estudos de drenagem e características pré-existentes na comunidade. Fonte: acervo das autoras

O Córrego Taubaté define um eixo vertical com potencial estruturador do território, uma vez que atualmente, sem uso público, acaba por se limitar a ser uma barreira entre suas margens. Há passagens pedestres improvisadas pelos moradores da região e pontes que não valorizam tal intersecção. Como a região também carece de espaços e equipamentos públicos, os pontos de conexão, que já se estabeleceram pela demanda da comunidade, podem ser transformados em pontos convergentes de atividades sociais, culturais e econômicas, favorecendo o transito entre lados e dinamizando o território (Fig. 5).

Nesta perspectiva, os pontos nodais de um provável parque pode ser estruturadores na organização de programas específicos com as características locais de acordo com a demanda de cada micro região. Para se atingir os pontos nodais a partir das rodovias e do interior dos bairros, é necessário organizar o sistema viário para que o parque tenha centralidade no território e assim, não seja subutilizado.

Figura 5: Simulação projetual alternativas habitacionais para os moradores das áreas de risco na área do parque urbano proposto. Fonte: acervo das autoras.

BIBLIOGRAFIA

Alberti, M. Advances in Urban Ecology: Integrating Humans and Ecological Processes in Urban Ecosystems. Seattle: Springer, 2009

Andrade, L. M. S. Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília. Brasília, 2014. 544p.

Bueno, L. M. M. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana a partir de um enfoque socioambiental. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 19, p. 99-122, 2008.

Fundação Seade. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. São Paulo: Fundação Seade, 2010.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em http://censo2010.ibge.gov.br/apps/agsn2/. acesso em 02 de maio de 2015.

Maricato, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Em A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2002 – Editora Vozes.

Rolnik, R.; Iacovini, R. F. G.; Klintowitz, D. Habitação em municípios paulistas: construir políticas ou rodar programas? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 16, p. 149-165, 2014.

Rutkowski, E.W. Desenhando a bacia ambiental: subsídios para o planejamento das águas doces metropolitanas. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

Santos, M. Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP/Nobel, 1990.